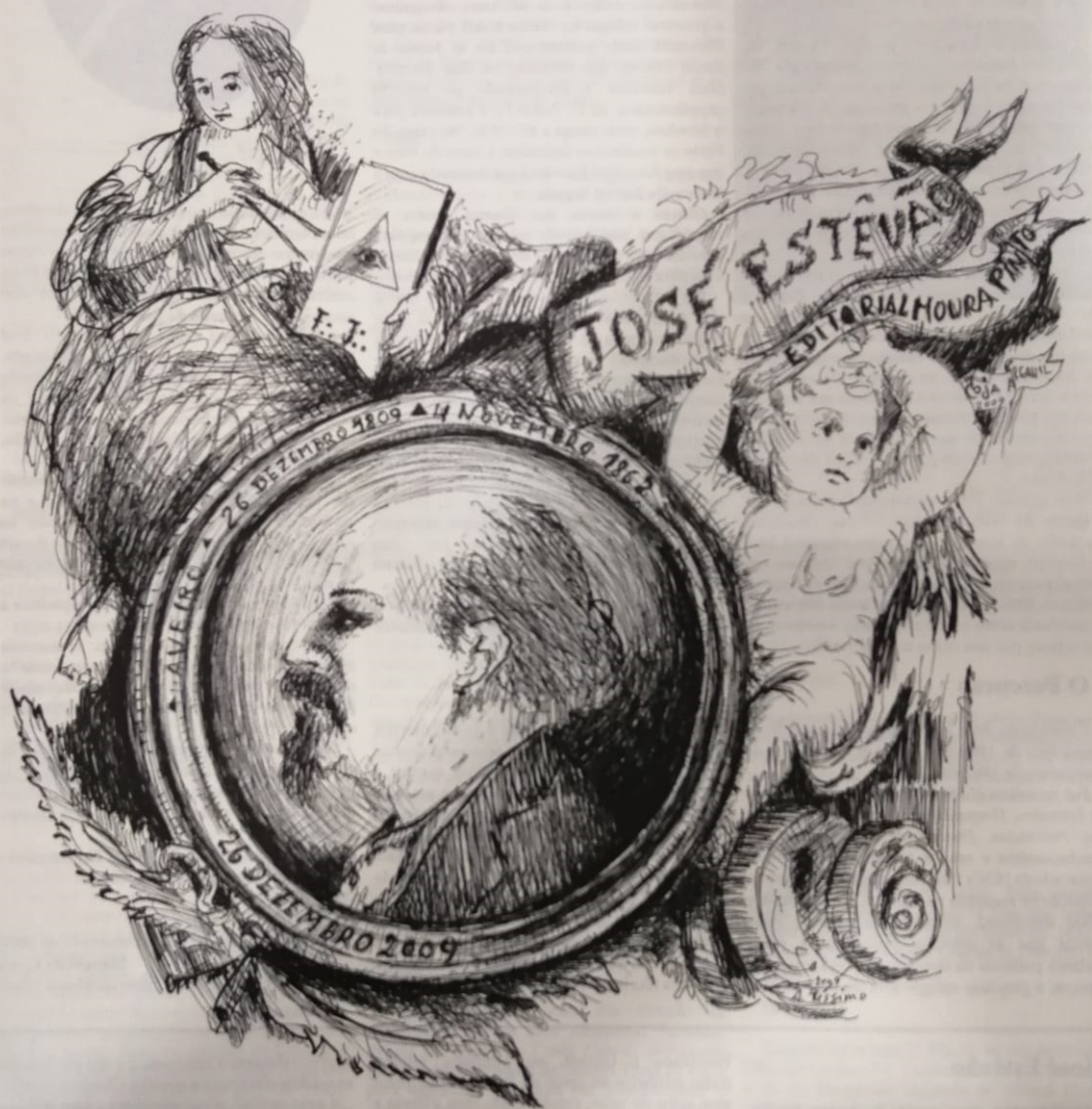
Homenagem a

José Estêvão

26 de Dezembro de 2009

26 de Dezembro de 1809 • 26 de Dezembro de 2009

"Como militar, como jornalista, como tribuno, José Estevam é a mais nobre representação do horror à tirannia."

Simões Dias, 1889

Duzentos anos depois…

A vinte e seis de Dezembro de 1809 nasce, na freguesia da Senhora da Apresentação do concelho de Aveiro, José Estêvão Coelho de Magalhães – que a história viria a perpetuar por, apenas, José Estêvão.

Concorde-se ou não com os feitos dos homens importa sinalizar os percursos e as acções para que a história os refira e os outros homens os possam ou não enaltecer.

Ouvimos e lemos todos eles, os que lhe cantavam hossanas e aqueles outros que lhe denegriam as façanhas. De ambos ressalta um denominador comum: a grandeza. A grandeza, mesmo que a estatuária, com que em 69 e 73 nos serviu de trincheira frente ao Teatro Aveirense, onde, no último Congresso Republicano e, depois, no primeiro Congresso da Oposição, nos acoitamos nas faldas da sua imponência das irracionais bastonadas dos esbirros da ditadura vigente.

Ironias da vida. Dois anos depois voltávamos a encontrar-nos, agora nos Passos Perdidos da Assembleia, ainda, Nacional, a que os Constituintes de 75, de que nos honramos de ter sido um deles, viriam a designar por Assembleia da República e que, esta, como lhe competia, veio a mandar remover a estátua de um dos seus maiores tribunos parlamentares, transferindo-o dos calabouços em que os inimigos da liberdade o tinham sequestrado para os Jardins do Palácio de S. Bento.

Hoje, quando as circunstâncias fizeram de nós dirigente da Editorial Moura Pinto, descemos das faldas da Serra do Açor para virmos à Rua do Gravito, agora a "casa" de José Estêvão, em Aveiro, para neste Dezembro de 2009 em que se perfazem 200 anos do seu nascimento, referenciar o seu *curriculum* e, de entre este, enaltecer os feitos tidos por nós como mais notáveis.

O Percurso

Como ficou dito, José Estêvão nasceu a 26 de Dezembro de 1809 em Aveiro e faleceu a 4 de Novembro de 1862 em Lisboa.

Foi jornalista (*Crónica da Terceira, Revolução de Setembro, Tempo, Lança, Liberdade, Campeão das Províncias, Distrito de Aveiro*), político, revolucionário e orador parlamentar, tendo-se destacado de 1836 a 1862 como figura eminente da oposição de esquerda na Câmara dos Deputados (1500 discursos), afirmando-se sempre mais radical que as soluções preconizadas pelos partidos políticos da época, o que terá levado, a espaços, a procurar refúgio fora do país, dada a sua frontalidade na oposição e o insucesso nos actos revolucionários.

Começou cedo. Em Coimbra, logo que matriculado em Direito, envolveu-se nos clubes políticos e académicos em prol do movimento liberal vindo a integrar o Batalhão Académico com o posto de cabo. Malograda a primeira intervenção, então com 18 anos, obrigou-se a procurar refúgio na Galiza e dali partiu para Plymouth onde permaneceu até se juntar às forças liberais que resistiam na Ilha Terceira. Dali, vitorioso, é incorporado no exército expedicionário de D. Pedro IV e embarca para o Mindelo, onde chega a 8/7/1832. No cerco do Porto os académicos defendem a Serra do Pilar e por esse feito José Estêvão é condecorado com a Ordem da Torre e Espada.

Obtida a vitória dos liberais contra os miguelistas, José Estêvão volta a Coimbra para concluir o curso em 1836 e de seguida abandonar a carreira militar e exercer a advocacia no Porto.

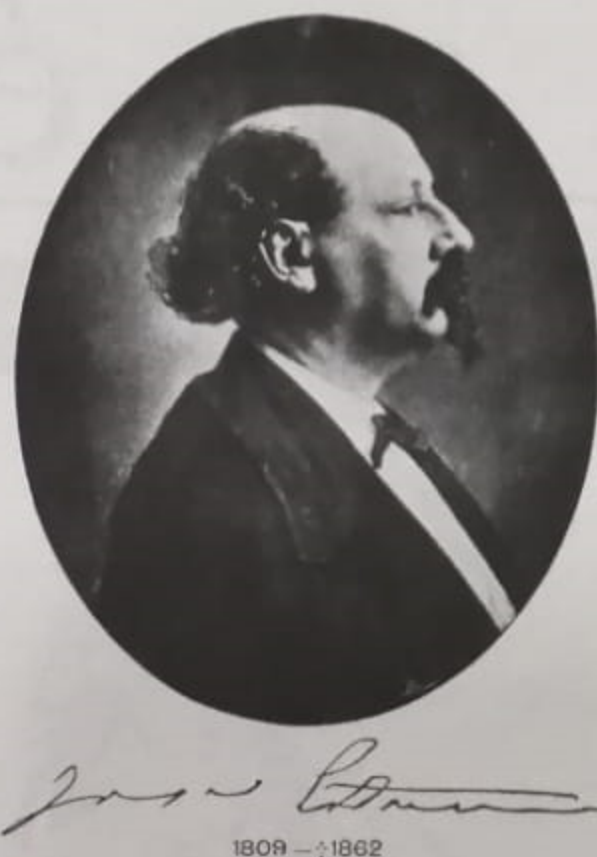
Por influência do pai, então deputado liberal por Aveiro, logo nesse ano candidata-se e foi eleito às Cortes (2.ª legislatura da Monarquia Constitucional) onde viria a notabilizar-se como um dos mais eloquentes parlamentares de sempre, descrevendo-o como **"inflexível, meigo, terrível, patético, suavíssimo, apaixonado e arrebatador"**, vindo a ser designado como **"soldado fiel e imaculado do partido liberal"**.

Celebrar-se-ia como um flagrante oposicionista aos cartistas (Costa Cabral, Rodrigo da Fonseca e Passos Manuel) e à sua **"funesta mentira"** (*Carta Constitucional de 1826*) por **"não realizar nenhuma da condições do sistema representativo"**.

O sucesso nos actos revolucionários da Maria da Fonte e da Patuleia compensaram os inêxitos dos outros levantamentos.

O Verso e Reverso

Daí por diante foi o trajecto a que os mortais sempre se obrigam: teimar os seus radicalismos filosóficos por todo o sempre e/ou manter a fidelidade aos princípios sendo capazes, em cada momento, de direccionar a sua intervenção em favor do possível e detrimento do desejável.

Foi assim com José Estêvão quando, apesar de integrado na extrema esquerda do Congresso Constituinte em 1837, não deixou de posteriormente adequar o seu posicionamento às circunstâncias, como ficou evidente logo em Março de 38, quando a Guarda Nacional cercou as Cortes (faz lembrar o cerco da Constituinte em 1975) aprisionando os deputados e o Governo, numa tentativa de forçar a saída dos elementos moderados dos ministérios. José Estêvão votou a favor da ordem de mobilizar a tropa da linha contra os revoltosos. O seu radicalismo não pactuou com **"a queda do poder na rua"**.

1809 – †1862

Aquando do seu exílio em Plymouth, José Estêvão, com 19 anos, foi iniciado na Maçonaria, em 1828, com o nome simbólico de Pórcio e esta opção de vida ter-lhe-á temperado os posicionamentos, tornando-o um defensor intransigente da liberdade (ensino, religião, pensamento, associação e expressão).

Do mesmo modo que defendeu a intervenção das ordens religiosas no ensino público e na assistência social, viria a estar envolvido na criação do Asilo de S. João em Lisboa e de um Asilo para a Infância Desvalida em Aveiro com os meios financeiros da Maçonaria.

Aqui mais uma vez a dicotomia pragmática a sobrepor às convicções os princípios.

Para quem, como José Estêvão, se assumia como católico, apostólico e romano, nada o embaraçou demonstrar que a solidariedade liberal podia ser tão ou mais activa e eficaz que a caridade religiosa.

Assim, nada surpreende que no ocaso da vida, em 1861, declarando-se independente de todos os partidos existentes se tenha feito eleger deputado e criar mais um periódico – *o Distrito de Aveiro*.

Aqui e agora a Editorial Moura Pinto enaltece o seu labor e eleva a sua coerência.

Aveiro, 12 de Dezembro de 2009,
Manuel da Costa
(Presidente da Editorial Moura Pinto)

José Estêvão

Ainda hontem, no mausoléu do glorioso finado, foi depositada uma corôa, em commemoração do passamento de José Estevam, e o *Globo*, ao iniciar os seus trabalhos, presta homenagens á memoria de um dos mais illustres caudilhos do partido em que milita, e revella o desejo de que o paiz não desfite os olhos da exemplar carreira politica do immortal orador, e de que o partido progressista aprenda no seu exemplo a ter fé e coragem.

José Estevam Coelho de Magalhães nasceu em Aveiro, em 1809, e falleceu em 1863.

Frequentava o curso de direito em Coimbra, quando, em 1825, perseguido por suas ideias liberaes, teve de emigrar para a Galiza, d'onde embarcou para Inglaterra, e d'ahi para a Ilha Terceira. Desembarcou juntamente com Herculano e Garrett, no Mindello, militou como artilheiro no cerco do Porto, sendo, pelos seus actos de valor, condecorado com a Torre e Espada.

Terminada a guerra civil, concluiu a sua formatura em direito em 1837, obtendo por concurso em 1849 a cadeira de Economia Politica na escola Polytechnica.

Fundou a *Revolução de Setembro*, e, eleito deputado, pronunciou nas câmaras, n'aquelle anno de 1849, o notabilissimo discurso conhecido pelo nome de *discurso do porto Pireu*.

Entrou em todas as luctas políticas até 1851, collocando-se sempre ao lado das pretensões populares. Advogou ardentemente os princípios da liberdade, chegando pela rigidez das sua crenças, a afastar-se do seu partido na questão das irmãs da caridade, e em 1857 vinculou imprecivelmente o seu nome e o seu patriotismo ao celebre discurso na questão *Charles e George*.

Como militar, como jornalista, como tribuno, José Estevam é a mais nobre representação do horror à tirannia.

Imaginação ardente, elegância no dizer, verbosidade fácil, arrojo nas imagens, ímpeto irresistível e esmagador nas apóstrophes, largueza no gesto e no período, voz doce, elástica, volumosa, busto esculptural, e figura que dominava pela nobre altivez do porte, – taes são os dotes moraes e physicos, que ergueram José Estevam ás eminências da gloria, e o impuzeram á veneração publica.

O Globo – Diário da Manhan Illustrado
J. Simões Dias,
Lisboa, Segunda-feira, 1 de Abril de 1889

José Estêvão tinha em grau inexcedível todas as qualidades plásticas do tribuno: a fisionomia aquilinamente enérgica, o olhar penetrante, a estatura musculosa, o peito largo, a voz de um timbre que ficava no ouvido e nunca mais se esquecia – máscula, clara, metálica, dando as inflexões mais variadas e mais precisas – grave, concentrada e convicta ou explosiva, retumbante, dominativa no meio de todos os tumultos, como o som de um clarim na confusão de um acampamento; – o gesto largo adequadíssimo à palavra, cheio de expressão e de grandeza, terrível nas conjunturas supremas, como a garra de uma fera. Sobre isto tinha o período largo, um tanto espanhol, mas bem cortado e quase sempre correcto.

Eça de Queirós, *As Farpas*, Setembro de 1871.

O monumento de Lisboa (Largo das Côrtes).

SUMMARIO BIOGRAPHICO E CHRONOLOGICO

1809

Nasce em Aveiro em 26 de dezembro. Filho de Luiz Cypriano Coelho de Magalhães, medico do partido em Aveiro e em Eixo, d´onde era natural, e de D. Clara Miquelina d´Azevedo Leitão, d´aquella cidade. Neto paterno de Manuel Coelho de Magalhães, natural da Villa da Feira e escrivão do Almoxarifado da Casa de Bragança em Eixo, e de D. Maria Angelica Ferreira de Abreu, d´esta mesma villa; neto materno de Manuel da Costa Guimarães, de S. Martinho d´Armil, concelho de Guimarães, e residente em Aveiro, e de D. Anna Joaquina Rosa d´Azevedo Leitão, d´esta cidade.

1810

É baptisado em Aveiro, na freguezia da Senhora da Apresentação, em 1 de janeiro.

1825

Matricula-se no 1.° anno de Direito, na Universidade de Coimbra.

1828

Alista-se no batalhão academico. Retira para a Galiza com as forças da Junta do Porto. Embarca no Ferrol para a Inglaterra. Emigração.

1829-1830

Passa com outros emigrados á Ilha Terceira (30 de janeiro de 1829), alistado na companhia de academicos do batalhão dos Voluntarios da Rainha. Faz parte da expedição a S. Miguel. Entra na acção da Ladeira da Velha (3 de agosto de 1830). Succede a Soriano na redacção da *Chronica da Terceira*.

1832-1834

Desembarca em Pampelido com o exercito libertador, fazendo parte do corpo de artilheiros academicos no posto de cabo (8 de julho de 1832). Distingue-se nos trabalhos de fortificação da Serra em 13 de outubro, e no assalto do dia 14 do mesmo mez. É condecorado com o habito da Torre e Espada, que os seus camaradas não deixam que se tire á sorte entre todas as praças do batalhão, como fôra superiormente ordenado, escolhendo-o unanimemente para receber por elles essa honra. Passa ao exercito de linha, por proposta do seu commandante, sendo nomeado 2.° tenente de artilheria (4 de abril de 1833). Entra na tomada do reducto do Covello (9 de abril) e distingue-se novamente na defesa da *Flecha dos Mortos*, (25 de julho) sendo por esse motivo promovido a official da Torre e Espada. Encorporado na divisão de Saldanha, toma parte na batalha de Almoster (18 de fevereiro de 1834). Volta á Universidade para continuar a formatura em direito, matriculando-se no 3.° anno d'essa faculdade (outubro de 1834).

1836-1839

Dispensado da frequencia do 5.° anno, faz o acto de formatura em 8 de novembro de 1836. É eleito deputado por Aveiro ás Constituintes. Estreia parlamentar na sessão de 5 de abril de 1837, proferindo o discurso conhecido pelo nome de *Profissão de Fé*. Opposição do gabinete Sá da Bandeira-Passos Manuel. Funda com Manuel Antonio de Vasconcellos o jornal *O Tempo* (23 de janeiro de 1838). Apoio ao ministerio do Barão da Ribeira de Sabrosa. Discursos sobre a questão Fontoura (29 de abril de 1839) e sobre o orçamento (8 de julho de 1839).

1840

Funda com Antonio Rodrigues Sampaio e Mendes Leite a *Revolução de Setembro* (22 de junho). Opposição ao ministerio Bomfim-Rodrigo. Discursos do *Porto Pirêo* (6 e 13 de fevereiro). Duello com o Conde da Taipa (10 de julho). É nomeado lente da cadeira de Economia Politica na Eschola Polytechnica (17 de julho). Discurso sobre a suspensão de garantias (12 de agosto).

1842-1843

Perde a eleição por Aveiro, mas é eleito por Lisboa. Viva opposição á restauração da Carta e ao ministerio Terceira-Costa Cabral. Discurso sobre o *bill* de idemnidade (17 de janeiro de 1843). Discurso sobre a dotação da Familia Real (7 de junho de 1843). Defesa no tribunal criminal do jornal miguelista *Portugal Velho*, querelado por abuso de liberdade de imprensa (5 de dezembro de 1843).

1844

Revolta de Torres, com Cesar de Vasconcellos (4 de fevereiro). Marcha sobre Castello Branco. Demitido do posto de capitão d'artilheria e de lente da Eschola Polytechnica (8 de fevereiro). Occupação de Almeida e cerco. Atravessa as linhas sitiantes para ir revolucionar Traz-os-Montes (7 d'abril). Trabalhos de sublevação n'essa provincia, em Freixo d'Espada á Cinta, Moncorvo, Murça, onde sabe da rendição de Almeida. Emigra para Salamanca, onde chega a 9 de Maio, seguindo de lá para Pariz. Portaria assignada por Costa Cabral, offerecendo o premio de um conto de reis a quem o entregasse (16 de abril).

1845

Exilio em Paris.

1846

Regresso da emigração, em virtude da amnistia concedida pelo ministerio Palmella, depois da queda de Costa Cabral, provocada pela revolução popular do Minho. Parte de Pariz para Inglaterra, embarca em Southampton e chega a Lisboa no fim de maio. Banquete publico dado aos emigrados, no salão do Theatro de D. Maria II. Pronuncia n'elle um brinde á união do exercito e do Povo (11 de julho). Retoma a direcção da *Revolução de Setembro*. Fundação da *Associação Eleitoral Setembrista*. Golpe d'estado de 6 de outubro: ministerio Saldanha. Homisia-se em Lisboa, d'onde consegue sahir, disfarçado, para Santarem, Trabalhos de organisação das forças revolucionarias em Santarem, nas Caldas, Alcobaça e Nazareth. Fórma a Junta de Setubal (10 de dezembro).

1847

Movimentos militares no Alemtejo. Organisação das forças no Algarve. Chefe de estado maior da divisão do Conde de Mello. Quartel mestre general do Visconde de Sá da Bandeira em Setúbal. Acção do Alto do Vizo (1 de maio.) Redige as clausulas da rendição das forças de Sá da Bandeira, ao almirante Parker (14 de junho). Reapparecimento da *Revolução de Setembro* (1 de agosto). Promove o primeiro *meeting* eleitoral realisado em Lisboa, presidido pelo Duque de Loulé (14 de novembro).

1848-1850

Fica fóra da camara na legislatura de 48 a 50. Campanha activa na imprensa. Segundo homisio por motivo de perseguição politica. Abre banca de advogado.

1851-1855

Movimento da Regeneração. É eleito deputado pela quinta vez. Afasta-se dos progressistas, dando ao gabinete Saldanha-Rodrigo-Fontes um apoio condicional para a realisação dos melhoramentos materiaes. Campanhas parlamentares em favor das estradas e caminhos de ferro.

1856-1857

Opposição ao gabinete Loulé. Fallecimento de seu pae (27 de abril de 1857). Discurso sobre o contracto do tabaco (23 de maio de 1857). Discurso sobre a questão *Charles et Georges* (14 de dezembro de 1857).

1858

Casa no Porto com D. Rita de Moura Miranda, filha do medico Dr. Custodio Luiz de Miranda e de D. Margarida Miranda de Moura (7 de junho).

1859-1862

Segunda Regeneração. Apoio ao ministerio Terceira Afastamento dos regeneradores durante a situação Aguiar. Isolamento politico. Ultima eleição, ganha contra o governo (28 de abril de 1861). Discursos sobre a questão das Irmãs da Caridade (9 e 10 de julho de 1861). Discurso sobre as exequias do Conde de Cavour (30 de agosto de 1861). É eleito grão mestre do Grande Oriente Lusitano, em substituição de Loulé (1862). Apoio condicional ao gabinete Loulé. Discursos sobre a liberdade do ensino (23 e 24 de maio de 1862). Fundação do Azylo de S. João. Sua morte (4 de novembro de 1862).

SERIEDADE GOVERNAMENTAL

«Nos antigos Conselhos da França, porque havia tribuna e imprensa, havia mais seriedade, e a seriedade é indispensável em todos os Governos. Pode um Governo qualquer ser forte, arrojado, destemido e arrogante, ter todas estas qualidades e quantas lhe queiram atribuir: se não for sério não é Governo, e a seriedade é mais para ser sentida do que definida.»

O governo de um só homem é o governo mais perigoso de todos os governos; é verdade antiga, mas não é mau repeti-la. A liberdade de imprensa e da tribuna não são feitas para desafogar paixões e contentar ambiciosos: são instituições indispensáveis para opor vontade a vontade, parecer a parecer, opinião a opinião e tirar destas oposições as máximas e expedientes de razão, de justiça e de moralidade, com que só se governam os povos.

SOLDADO FIEL

«Sr. Presidente, estas minhas observações não são falsas, são a expressão duma verdade marcada com o cunho da história e da experiência; também elas me não são sugeridas pela minha ambição particular, porque ela está em breve terminada; sirvo há catorze anos o meu país, passei das brechas da Serra do Pilar para as brechas de S. Bento; numa e noutra parte servi como soldado valente e fiel.»

ESPÍRITO DE IMPARCIALIDADE

«Nós não podemos apresentar-nos decentemente em público se nos deixamos vencer pelo espírito de parcialidade; deste modo não fazemos a justiça que devemos uns aos outros. Eu mesmo cedo de certas fórmulas de discurso e de certa forma de frases, porque quero evitar todo o azedume, quero mesmo, além de justo, ser muito indulgente com os meus adversários, para que eles me façam justiça também; e eu digo que quero ser muito indulgente, respeitando as suas pessoas, que quero ceder mesmo de qualquer direito que me pertença, porque é este um sacrifício que pode ser praticado por um homem público sem, contudo, o desautorizar nem alterar a sua situação.»

DOGMA POLÍTICO

«Assim como o clero não pode admitir que o secular ensine a teologia divina, também o Estado não pode admitir que o clero esteja exclusivamente a ensinar a teologia política, o nosso dogma, a nossa crença – Deus, pátria e liberdade. Não queremos que este dogma seja ensinado ffor adas inspirações da religião, nem da essência dela; porque pátria e Deus não são a mesma coisa; mas confundem-se no coração do homem, sem ofensa à lei divina. Queremos que o ensino civil do padre seja dado for a da influência religiosa; mas que não lhe seja atribuída ou por vontade da lei, ou contra vontade dela, por abuso manifesto, reconhecido e já anunciado.»

A França, se não foi a primeira iniciadora da liberdade na Europa, pode-se dizer que foi quem primeiro a ensinou em escola pública na mesma Europa, porque a pôs em linguagem vulgar, porque a sujeitou à apreciação de todos os povos, porque a adaptou a costumes com que se assemelham os costumes da maior parte das nações europeias.

E por isso a Europa deve muito à França, mas também tem sofrido muito por causa dela; porque a França tem os espíritos de todos os povos em perpétua inquietação, aqui levantando esperanças, acolá fazendo promessas, ora defendendo os melhores princípios, logo abandonando-os abruptamente, sem nunca dar quietação, nem segurança, nem confiança às muitas almas que penam por ela e dela esperam.

RELIGIÃO E TRADIÇÃO FAMILIAR

«Sr. Presidente, eu sou católico e admito que todos os teólogos regulares e irregulares, leigos ou não leigos, inquiram os quilates da minha religião, a sinceridade das minhas crenças. Mas, se fizerem iguais inquirições das suas, hão-de reconhecer que há uma razão suprema que supre a escolha impossível neste assunto de religião. Esta razão suprema que supre a escolha da religião é a tradição da família; porque o homem, quando vem ao mundo, segue sempre a religião de seus pais. Eu sou católico, porque meus pais e minha família eram católicos, e isso bastava para eu preferir esta a todas as religiões, por mais santa, clara e justa que fosse a sua doutrina. Eu aconselharia sempre que se não dispensasse nunca, na escolha da religião, a tradição de família, e que ao dogma religioso se juntasse o dogma de nossos pais. Da percepção das verdades supremas podemo-nos desviar ou pela fraqueza ou pelo orgulho; e. no meio destes desvios, a religião de família é uma garantia, é um princípio de fé humana. Se o religioso de bom senso me perguntasse qual a minha religião, dir-lhe-ia; «Sou católico.» – «E qual a razão?» – «Porque meu pai o era.» Respondo assim a todos os teólogos, a todos os esquadrinhadores da minha consciência.»

Bem verdadeiro é, na verdade, o belo epitáfio que Castilho escreveu para a urna de mármore negro, em que minha mãe quis, piedosamente, guardar o seu coração, que com ela levou, depois, para a sepultura:

«Viúvas a Eloquência, a Pátria e a Esposa / Choram a alma egrégia aos Céus volvida. / Ganhou a eternidade em curta vida. / Aqui, de amar, seu coração repousa.»

Sim, só na morte esse grande coração repousou de amar: só na morte cessou de bater pelo amor, pela verdade, pela beleza, pela justiça e pela Pátria.

PENA DE MORTE

«Sentia muito não ter podido associar o seu voto ao daqueles que tinham votado pela abolição da pena de morte nos crimes políticos, porque, além de ser esse um grande princípio, era o sentimento nacional, e mesmo nos crimes civis a desejava ver abolida, para que o homem não pudesse ter mais força que Deus.»

Senhores eleitores, a minha candidatura por este círculo tem o carácter que sempre teve. É política, porque vós me acompanhastes sempre nas posições parlamentares e revolucionárias, que tenho tomado durante a minha carreira pública; é patrícia porque se liga no amor que tenho à terra do meu nascimento e aos sentimentos de fraternidade que professo pelos meus conterrâneos: – é de praxe constitucional, porque quem merece repetidas vezes a confiança de um certo número de eleitores não os pode abandonar por motivos pessoais; e o abandono da parte deles não se presume, mas exprime-se na urna.

A minha candidatura é livre, independente, sem condições, nem compromissos, reservas, pactos ou sujeições de qualquer espécie.

Se podeis e quereis eleger-me assim, elegei-me. Doutro modo, nem peço os vossos votos nem os aceito. Se a eleição não é um puro acto de consciência, nem honra o candidato nem os eleitores; e quando eu rogo os vossos sufrágios é para nos honrarmos reciprocamente e para que possamos juntos honrar o País, em cujo serviço procuro continuar, não por embófia política, ciúmes conterrâneos, ambição pessoal; mas simples e exclusivamente por dever cívico e gratidão às vossas finezas eleitorais.

Aveiro, 21 de Abril de 1861.

José Estêvão

BAIRRISMO ESCLARECIDO

«Aveiro, 11 de Setembro de 1860.
Amigo

Escrevi-lhe para o Porto a pedido dum visitante da exposição que não lhe entregou a carta. Nela o convidava a vir por aqui na volta, para ver com os seus olhos as coisas desta localidade atinentes ao seu Ministério.

A barra sobretudo merece ser observada por quantos podem concorrer para a melhorar. Esta obra para mim nem é igrejinha política, nem preocupação de terra natal. Interessa à economia geral do Estado. Olhe que para o Norte não há portos senão seis meses.

Leia o que lhe vou escrever umas poucas de vezes. A porção de sal que, no momento em que lhe escrevo, custa no Porto 16 000 réis, está-se vendendo em Aveiro por 3000 réis. E estes dois mercados distam 10 léguas!

Há-de custar parecer, mesmo em país semicivilizado, uma monstruosidade comercial desta ordem. Se não há comunicação nenhuma: se se não entra na barra do Porto; se a estrada serve ùnicamente para correr a mala-posta, até aonde as cheias não a embargam, como tem sucedido ùltimamente estes dias em Águeda!

Estou caído na questão do caminho de ferro, e esse é o objecto principal da minha carta. Sei que a Companhia já apresentou o traçado destes sítios e que propõe a linha de Aveiro. Não podia propor outra sem prejudicar os interesses da exploração e sem fazer uma obra má e uma acção iníqua.

Conto com as suas promessas para não consentir que mesquinharias políticas que a meu respeito são puramente gratuitas, consigam, de acordo com más vontades, filhas doutros motivos e oriundas doutras procedências, desviar do seu traçado natural a linha férrea, sem outro fim que não seja o de me contrariar e de fazer pagar a esta terra o pecado de me ter dado o nascimento.

Todas as precauções são poucas contra as pequenas malevolências num país tão dado a elas como é o nosso, e por isso recorro à sua desinteressada amizade para que não só se recuse a autorizar com o seu nome uma injustiça para estes povos e uma afronta para mim, mas antes se faça nosso patrono.

É escusado dizer-lhe que quanto me escrever é para nós ambos, e que tenho fé viva que é da sua pessoa que hei-de receber as instruções necessárias para levar a cabo este negócio em que estou todo empenhado. Diga-me com brevidade a qual dos membros do Conselho foi distribuído o exame do traçado do caminho de ferro na parte respeitante a esta localidade, e se posso contar com um parecer desapaixonado num assunto que de sua natureza é alheio a paixões.

Apareceu por estes contornos uma oposição de certos homens à passagem do caminho de ferro por Aveiro. Quer saber que motivos decidiram estes cavalheiros? Custa a crer mas é verdade. Compraram uns pinhais numa certa direcção e querem levar por ela o caminho de ferro para ganharem na madeira! Tenho disto bastantes provas, e do mesmo estofo são pela maior parte as razões dos oponentes a que a linha férrea passe por Aveiro.

Espero, repito, uma carta sua e descanso na sua amizade e imparcialidade a tal ponto que sem seu conselho e direcção não solicito de mais ninguém a minha causa.

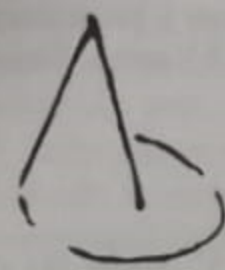
Seu amigo.»

O monumento de Aveiro (Largo Municipal).

Cerâmica séc. XIX – Massarelos – Louçaria Barros, Aveiro – C.P.

Pormenor.

Edição de 1000 exemplares,
distribuídos gratuitamente, em Aveiro,
em Dezembro de 2009.

Homenagem da **Editorial Moura Pinto** na comemoração **do Bicentenário do Nascimento de José Estêvão.**

Desenhos de Alberto Péssimo
Design de Diana Gonçalves